



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009069-05.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, ao próprio idoso o à pessoa de sua convivência que lhe cause pertu**  
 Requerente: **Nice Aparecida Martins**  
 Requerido: **Gilmar de Araujo Santos e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

**NICE APARECIDA MARTINS** ajuizou esta ação de obrigação de fazer cumulada internação compulsória, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela contra a **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO** e **GILMAR ARAÚJO SANTOS**.

Afirma a requerente, em resumo, que seu companheiro Gilmar é dependente de álcool e que apresenta, em razão da dependência química, comportamentos incompatíveis com a vida em sociedade, sendo que, frequentemente, a agride e a seus filhos, os colocando em situação de vulnerabilidade e, recentemente, passou a ter delírios, vendo coisas inexistente e falando com pessoas ausentes. Alega, ainda, que, ante a gravidade de seu estado de saúde, tendo comprometida sua capacidade de discernimento, não aceita fazer o tratamento médico adequado, sendo necessária a sua internação compulsória, em clínica especializada na recuperação de dependentes.

A ação foi inicialmente distribuída à 2ª Vara Cível desta Comarca, tendo o Juízo reconhecido a sua incompetência e determinado a redistribuição a esta Vara da Fazenda Pública (fls. 23).

O Ministério Público manifestou-se favoravelmente ao pedido de internação do correquerido (fls. 22), que foi deferido às fls. 31/33.

Contestação da Fazenda Pública do Estado de São Paulo às fls. 50/56, alegando, preliminarmente, falta de interesse de agir, já que os artigos 6º, parágrafo único, II, e 8º, caput, da Lei nº10.216/2001, autorizam familiares ou responsável legal a requerer administrativamente a internação involuntária de pessoas acometidas de doenças psiquiátricas. No mérito, discorre sobre a política pública de saúde mental, sustentando a adequação dos serviços oferecidos no tratamento



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

dos drogaditos, devendo ser priorizados os serviços externos aos hospitais, com ênfase ao tratamento ambulatorial. Requer a improcedência do pedido.

O Município informou que o requerido foi internado na Clínica Renascer (fls. 142).

Foi nomeado Curador Especial a Gilmar de Araújo Santos que contestou a ação por negativa geral (fls. 250).

**É o relatório.**

**Fundamento e deciso.**

O presente feito comporta julgamento no estado em que se encontra, vez que caracterizada a hipótese do artigo 355, I, do Código de Processo Civil de 2015.

O pedido merece acolhimento.

A indicação para a internação compulsória vem confirmada pelos relatório existente nos autos, tendo a ação respaldo no artigo 196 da Constituição Federal, segundo o qual *“a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”*.

Note-se que a medida foi prescrita por médico da rede pública de saúde (fls. 15 e 213).

Desta forma, é obrigatório o acolhimento do pedido inicial, com a manutenção da internação do requerido Gilmar, como forma de preservar seu direito à saúde, bem como a saúde e segurança de seus familiares e daqueles que a cercam.

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para determinar a **MANUTENÇÃO DA INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA** do requerido Gilmar Araújo Santos, salvo se já tiver recebido alta médica, devendo a parte autora participar de grupos de apoio, para que possa recepcioná-lo adequadamente, quando de seu retorno.

Não há condenação em honorários com relação ao Estado de São Paulo, pelo fato de o autor ser assistido pela Defensoria Pública, já tendo o Superior Tribunal de Justiça firmado entendimento no sentido de que a Defensoria Pública é órgão do Estado, não percebendo honorários de sucumbência, quando patrocina a parte vencedora, sendo condenada a Fazenda Pública, entendimento este consolidado através da Súmula 421: “Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença”.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O ente público requerido é isento de custas, na forma da lei.

Por fim, oficie-se ao Banco do Brasil para que providencie a devolução do valor de fls. 133 à origem ou expedição de guia de levantamento se o caso.

**Publique-se e intime-se.**

São Carlos, 01 de novembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**